



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

DIREITO A CIDADE

**TEMPLATE - RESUMO EXPANDIDO – Apresentação PÔSTER**

## A intervenção do Estado na produção da segregação socioespacial

Mariene dos Santos Pereira  
Mestre em Serviço Social  
Assistente Social em Prefeitura Municipal de Registro  
<http://www.registro.sp.gov.br/>

### **I – Introdução**

Tratar da questão habitacional no Brasil é entender que essa temática está conectada às raízes históricas da formação de um povo, configurando-se hoje como campo imbricado dentro das condições impostas à realidade de um país de capitalismo periférico como o Brasil. Analisar as cidades e compreender que é nesse chão que as desigualdades sociais se concretizam, e que é nesse mesmo chão que são encontradas respostas às perversas expressões do capitalismo. Isso é, decididamente, um desafio nesse tempo em que o analfabetismo urbano faz com que tal contradição seja tão naturalizada.

Em se tratando de um país como o Brasil, marcado pela diversidade territorial, em que cada estado, cada município se constituem de características geográficas tão diversas, pensar a questão habitacional se torna uma tarefa complexa. As demandas de uma grande metrópole como São Paulo, destoam daquelas de municípios de pequeno porte que contam com populações com menos de 10.000 habitantes, por exemplo. O aparato legal que versa sobre tal questão, embora represente avanço significativo no campo do direito à moradia e da estruturação de Políticas Públicas Habitacionais, ainda não representa respostas efetivas e apresenta deficiências a serem sanadas.

A partir da análise de um caso concreto de atendimento habitacional na cidade de Registro, situada no interior do estado de São Paulo, foi possível a compreensão de como tal intervenção estatal afetou as famílias atendidas no que tange ao direito à cidade. Ainda, como determinadas ausências de intervenções de outras naturezas se efetivaram no cotidiano e de quais as estratégias de sobrevivência essas famílias criaram a partir das vivências no território.



## II – Desenvolvimento

No ano de 1996 foi construído um empreendimento para atendimento de demanda caracterizado por moradores de áreas de risco (alocadas temporariamente em prédios públicos) que foi denominado Jardim Paulistano. Nessa ocasião, as famílias selecionadas representavam muita vulnerabilidade referente às condições de habitabilidade e também em outros aspectos; visto que as necessidades habitacionais se concentram cada vez mais nas faixas populacionais com baixa renda, principalmente entre aquelas de até dois salários mínimos, notadamente as classes populares. Ao longo desses 21 anos, as expressões do processo de exclusão social se intensificaram para esses sujeitos, sendo que, mesmo tais famílias tendo o direito à moradia “garantido”, muitos outros foram negligenciados. Primeiramente o acesso à cidade e a seus serviços em diversas áreas, principalmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Também, tornando-se polo catalizador de outros desdobramentos da questão social, como: violência, criminalidade, tráfico de drogas, pauperização, trabalho infantil, exploração sexual e mais uma vasta gama de problemas enfrentados cotidianamente por essa parcela da população.

A pesquisa que baseou o presente resumo não teve a pretensão de dar respostas às deficiências de uma Política Habitacional, que atualmente atende mais a lógica do capital do que a lógica do acesso ao direito, mas sim, de olhar para as trajetórias de vida do público atendido, e entender as estratégias construídas individual e coletivamente para suprir a ausência ou a precária presença do Estado.

Para a análise e entendimento dessa realidade foi elaborada uma Cartografia da Ação Social a partir de práticas e experiências vivenciadas por famílias residentes no bairro Jardim Paulistano, no município de Registro, tendo como referência os estudos de Ana Clara Torres Ribeiro.

A cartografia da ação social concebida por Ana Clara Torres Ribeiro inscreve-se a uma proposta teórica e metodologia de referência dialógica e dialética, que parte do princípio das trocas de olhares entre as produções científicas e do princípio da produção social e dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos em seus cotidianos praticados... A ação social, portanto, não é ato, mas o ato pensado, concebido, possuidor de princípios e consciente de sentido, do sentido de estar no mundo e de resistir. A cartografia da ação social necessita ser compreendida como um processo social coletivo. Não termina, nem começa com o mapa. Não tem como finalidade o mapa em si. (SILVA e SCHIPPER, 2012, p.26, 27)

Para a elaboração da cartografia da ação social foi utilizado o levantamento de Trajetórias de Vidas, cruzadas com a trajetória do território. A aproximação das trajetórias de vida das famílias que hoje residem no Jardim Paulistano possibilitou enxergar as determinações impostas a uma população que teve como estratégia de sobrevivência o lema “ocupar para morar”. A metodologia do estudo das trajetórias permitiu a visualização do percurso percorrido pelas famílias que perderam suas casas, foram alojadas em prédios públicos de



forma ultrajante (ora comparados a animais que demandam uma contenção), apartação social gerada através do atendimento habitacional e negação de direitos por meio do não acesso aos bens e serviços que o poder público e a cidade devem proporcionar.

### **III – Resultados e Conclusões**

A cartografia da ação social emergiu neste cenário como uma possibilidade de leitura da realidade vivenciada nesses territórios, que ainda que marcados pela estigmatização, carregam em si potencialidades, experiências de luta estabelecidas como resistências ao modo de vida que lhes fora imposto.

Não se pode deixar de sinalizar que ainda hoje, tais práticas se reproduzem e continuam gerando impactos perversos na vida das famílias. A lógica segregacionista e de apartação do “pobre” da vida pública das cidades ainda está presente nos conjuntos habitacionais construídos recentemente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida no município e no Brasil. Esse programa, conforme Rolnik adverte, viabiliza políticas massivas de remoção, onde moradores das áreas situadas em regiões próximas a rios e córregos sejam reassentados em grandes conjuntos nas franjas da cidade. Nesses casos, os deslocamentos contribuem claramente para “ajustar” os valores do solo, retirando as famílias de baixa renda de localizações mais centrais e reassentando-as em regiões homogêneas de renda média domiciliar muito baixa.

O movimento que se observa é a repetição de história através de intervenções públicas inadequadas no campo habitacional, ainda distante do sentido da moradia digna. A formulação e a execução desta política pública no Brasil atende interesses variados que ultrapassam a natureza político partidária, perpassando principalmente a lógica do mercado financeiro e imobiliário. Questões como pressão social podem determinar ações públicas tendo como único interesse conter as reivindicações populares. Em intervenções desse tipo, observa-se que não existe uma racionalidade capaz de avaliar ao mesmo tempo variados possibilidades que se figuram. Ao contrário, eles vão se contentar com a primeira resposta satisfatória, que quer dizer que eles não vão buscar a solução perfeita, e sim somente uma resposta. E a racionalidade presente é parcial, fragmentada e limitada.

### **IV - Referências Bibliográficas**

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

BOURGOIS L., LE CLEVE A., MASSON DIEZ E., PEYROUX O., “Du bidonville à la ville : vers la “vie “normale”? Parcours d’insertion des personnes migrantes ayant vécu en bidonvilles en France”, novembre 2015.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes, passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil, 2ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KOGA, Dirce. Medidas das cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

MARICATO, Ermínia; et al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SILVA, A.S. O debate contemporâneo sobre a gestão social. Apresentação realizada no Seminário Nacional: Gestão de Políticas Sociais e Território, realizado nos dias 2 e 3 de abril de 2013, por iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gestão de Políticas Sociais do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da UEL – Universidade Estadual de Londrina, no âmbito do PROCAD, em parceria com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Londrina, 2013.

SILVA, Catia Antonia da e SCHIPPER, Ivy . Cartografia da ação social: Reflexão e criatividade no contato da escola com a cidade. In: Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 08, n. 1, pags. 25-39, jan/jun. 2012.

SILVA, C.S. Cartografia da ação social: limites e possibilidades da contribuição do fazer geográfico. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Nuevastechnologias/CartografiaMatematica/02.pdf> - Acessado em 30/10/2015

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.) Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2016.

TORRES, A.C.R. Cartografia da ação social Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano – Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf> - Acessado em 30/10/2015